



DOSSIÊ: SOCIOLOGIA DAS ELITES POLÍTICAS

Desafios metodológicos para a elaboração de um banco de dados em estudos de elites políticas: o caso dos “Cabeças” do Congresso

Methodological challenges in developing a database for studies of political elites: the case of the Brazilian “Heads” of Congress

Gabryela Gabriel¹

orcid.org/0000-0003-1032-2436

gabryelasantos@hotmail.com

Paula Portela¹

orcid.org/0000-0001-5456-8310

paulaportela@gmail.com

Pedro Henrique Beff¹

orcid.org/0000-0003-4963-1412

pedroh.beff@gmail.com

Nilton Sainz¹

orcid.org/0000-0002-3957-2714

sainznilton@gmail.com

Recebido em: 03/11/2021.

Aprovado em: 01/04/2022.

Publicado em: 09/08/2022.

Resumo: O objeto desta pesquisa é a elaboração de um banco de dados composto pelos deputados federais categorizados pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) entre os anos de 1999 e 2020. Apresentamos o processo de construção do banco de dados e seus impasses metodológicos, buscando: (a) apresentar como o DIAP operacionaliza a premiação dos “Cabeças do Congresso”; (b) apontar as inconsistências presentes nas publicações da série “Cabeças do Congresso”; e (c) expor a relevância das variáveis coletadas neste banco para a compreensão de carreiras políticas e a profissionalização de seus atores. As informações foram coletadas através da base de dados do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil, do portal da Câmara dos Deputados, e dos sites do Tribunal Superior Eleitoral e do DIAP. Durante o desenvolvimento do banco foram identificadas inconsistências na série “Os Cabeças do Congresso Nacional”. Por vezes, a atribuição das categorias de destaque dos parlamentares divergia dentro da mesma publicação. A conceituação e o processo de classificação nas categorias de análise também limitam a pesquisa por não estarem bem delimitadas e explicitadas no documento. A estrutura proposta permite conhecer as características e o planejamento de um banco de dados. Este domínio concede boas práticas na construção e coleta de informações aos cientistas políticos, reduzindo divergências e potenciais problemas que possam comprometer o resultado da pesquisa.

Palavras-chave: Banco de Dados. Desafios Metodológicos. Cabeças do Congresso. Deputados Federais. Desenhos de pesquisa.

Abstract: The object of this research is the development of a database made up of federal deputies classified by the Intersyndical Department of Parliamentary Assistance (DIAP) from 1999 to 2020. We have presented the making process of the database and its methodological challenges, aiming: (a) to present how DIAP operationalizes the awarding of the “Heads of the Congress”; (b) to point out the inconsistencies found in the publications of the series; and (c) to show the relevance of the variables collected in this database for the understanding of political careers and the professionalization of its actors. The information has been collected through the database of the Observatory of Political and Social Elites of Brazil, the portal of the House of Representatives, and the websites of the Superior Electoral Court and DIAP. While developing the database, inconsistencies were identified in the series of the “Heads of Congress”. At times, the attribution of the outstanding categories of parliamentarians diverged within the same publication. The conceptualization and the classification process of the categories analyzed also restrict the research because they are not well delimited and explained in the document. The proposed structure allows us to understand the steps and the characteristics of a database. This mastery provides good practices in the construction and collection of information for political scientists, reducing diver-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

¹ Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

gences and potential problems that could compromise the result of the research.

Keywords: Database. Methodological issues. Federal Deputies. Research design. "Heads" of Congress.

Introdução

O estudo da elite parlamentar brasileira é fundamental para identificar quem comanda o Congresso Nacional e compreender a influência de indicadores diversos na construção e consolidação de suas carreiras políticas. O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) foi criado em 1983 e é considerado referência no legislativo em termos de monitoramento da elite parlamentar.

Desde 1994, o DIAP publica anualmente a série "Os Cabeças do Congresso". O relatório identifica e classifica as principais lideranças do Congresso Nacional, com base em critérios qualitativos e quantitativos de atributos posicionais, reputacionais e decisórios. A coleta e a sistematização dessas informações de *background* social e político de parlamentares é importante para compreendermos a carreira política desses atores que ocupam posições de destaques no Congresso brasileiro

Ao investigar se a profissionalização política é um fator relevante na premiação do DIAP e se o grau de profissionalização impacta essa classificação, tornou-se necessário a elaboração de um banco de dados prévio, sendo este o nosso objeto de análise do artigo. O banco é composto pelos deputados federais eleitos entre 1998 e 2018, considerando cinco legislaturas concluídas e a vigente (51^a a 56^a legislatura).

O objetivo desta pesquisa é apresentar o processo de construção do banco de dados e seus impasses metodológicos. Os objetivos específicos são: (a) apresentar como o DIAP operacionaliza a premiação dos "Cabeças" do Congresso; (b) apontar as inconsistências presentes nas publicações da série "Os Cabeças do Congresso Nacional"; e (c) expor a relevância das variáveis coletadas neste banco para a compreensão de carreiras políticas e a profissionalização de seus atores.

Discussão da literatura

O processo de democratização, alavancado a partir da segunda metade do século XX, exigiu novas demandas dirigidas ao Estado e, por conseguinte, criou-se uma necessidade de dedicação exclusiva à atividade política. Esse modelo emergente ampliou o alcance dessa função a novos grupos sociais e contribuiu para a profissionalização política.

É coerente afirmar que a elite política é um grupo cada vez mais seletivo. Cotta e Best (2000) traçam um paralelo sobre os processos de democratização e profissionalização. O primeiro processo supõe a ampliação da participação política e do recrutamento legislativo a outros grupos sociais. No entanto, o segundo restringe o acesso ao Parlamento e aos espaços de decisão, por se referir a um processo em que os já recrutados tendem a se especializar e se manter no poder.

Costa et al. (2015, 67) concluem da pesquisa comparada de Cotta e Best em 2000 sobre os padrões de recrutamento legislativo em 11 países europeus, que a profissionalização "tende a provocar uma espécie de coagulação da representação política: são os mesmos indivíduos que permanecem nos cargos por muitos anos e ocorre um declínio das chances de estender a representação para grupos de fora dos círculos especializados no ofício".

Identificar e mapear quem são estes atores que representam em parlamentos nacionais é fundamental para compreender não somente o processo de democratização, como também a construção das carreiras políticas daqueles que chegam até o poder. Allen et al. (2020, 202-210) negam a existência de um consenso absoluto que conceitue políticos profissionais, já que alguns pesquisadores não aplicam este conceito de forma unânime. É pertinente citar alguns exemplos que os embasam.

Allen e Cowley, em 2018, classificam políticos profissionais como aqueles que ao ingressarem na legislatura já faziam parte da esfera política. Entretanto, Allen et al. (2020) também registram que Borchert (2003) atribuiu esse conceito àque-

les que fazem parte de um subgrupo da classe política e se dedicam integralmente às suas atividades. O conceito de político de carreira para eles pode ser mensurado por um viés multidimensional e dinâmico (Allen et al. 2020, 202).

O modelo que eles destacam, identifica "suas principais dimensões, mensurando-as e testando a validade destas medidas para que elas possam ser usadas com confiança em pesquisas empíricas" (Allen et al. 2020, 199). Através desse método é possível defini-los gradativamente baseado na quantidade e intensidade de indicadores que cada indivíduo possui. Desta forma, políticos profissionais poderiam ser considerados políticos de carreira em diferentes graus.

Considerações sobre o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP): como são classificados o(a)s "Cabeças" do Congresso?

Para entender a elite brasileira e a profissionalização de seus atores, precisamos ir além dos estudos sociográficos que apenas descrevem de maneira estática os atributos desses agentes. Compreender o perfil dos parlamentares, quem são os mais influentes,² quem tem poder de decisão, quais ocupam áreas ou cargos estratégicos, como operam o plano político, joga luz aos critérios que fazem a elite ser quem ela é: agentes com liderança política (Codato 2015, 18-19).

Visando um maior aprofundamento destas questões, neste contexto, o DIAP possui como uma de suas atribuições o mapeamento dos principais operadores do Congresso Nacional. A partir disso, o Departamento publica anualmente a série "Os Cabeças do Congresso Nacional" que se destaca por classificar os deputados federais e senadores mais influentes do país.

Compreender a morfologia do Congresso brasileiro é fundamental para acompanhar sua evolução. Baseando-se na premissa de que a disputa política no Brasil é assimétrica e na importância da democratização da informação e da ação daqueles que conduzem o processo

decisório, o DIAP (2020, 7) detectou a necessidade de mapear os deputados federais e senadores que compõem o legislativo.

O DIAP considera que, na disputa política, alguns atores possuem mais poder do que outros. Em sua concepção, os poderosos são entendidos "como alguém hábil, experiente, especializado, ou que detém recursos – materiais, econômicos, organizacionais, humanos, técnicos, partidários, ideológicos ou regionais – e capacidade de convertê-los em poder e, portanto, em liderança" (2020, 8).

A partir das características que consideram definir pessoas poderosas, eles relacionam anualmente 100 nomes que "exercem real influência no processo decisório e sobre os atores nele envolvidos" (DIAP 2020, 11). Eles se diferenciam dos demais parlamentares pelo exercício de todas ou algumas qualidades e habilidades analisadas, tais como "capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja pelo saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade".

A teoria política dispõe de recursos metodológicos predefinidos que identificam as elites. Os padrões de análise que as definem são baseados geralmente "em função das posições que ocupam, dos interesses que representam e/ou da reputação alcançada" (Messenberg 2007, 311).

Para identificar os 100 "Cabeças" do Congresso a cada ano, o Departamento utiliza três métodos. O DIAP aplica o método posicional (Mills, 1956) ao selecionar parlamentares que possuam vínculo formal ou posto hierárquico ocupado na estrutura da Câmara dos Deputados; o reputacional (Hunter, 1953) ao consultar a percepção que deputados e senadores, assessores, jornalistas, cientistas e analistas políticos têm sobre os políticos; e o decisional (Dahl, 1961) ao estimar a capacidade dos parlamentares de liderar e influenciar em atividades legislativas (DIAP 2020, 8-10).

Codato (2015, 20-22) explica que o método posicional reconhece os indivíduos que têm posições formais de mando e que a obra mais

² "Influência aqui é definida como uma relação entre parlamentares na qual as preferências, desejos ou intenções de um ou mais parlamentares afetam a conduta ou a disposição de agir de outros" (DIAP, 2020).

representativa desta abordagem é *The Power Elite*, de Wright Mills, 1956. Sua vantagem é a segurança em identificar uma grande quantidade de indivíduos influentes pelo processo de estabelecer critérios diretos e claros através da listagem de posições institucionais. A estrutura do poder é hierarquizada e, para utilizar este processo, é necessário conhecer a estrutura formal da organização e as capacidades de exercer influência estando em um aparelho ou cargo.

O método decisional sustenta que quem detém o poder são as pessoas capazes de tomar decisões estratégicas e teve como referência o autor de *Who Governs?*, Robert Dahl, em 1961. Este método possibilita analisar entre os políticos profissionais, qual ou quais detêm influência suficiente para estabelecer suas preferências nas decisões públicas. Sua estrutura de poder é competitiva e sua maior vantagem é captar influências que não estão necessariamente em um cargo formal. É fundamental que aqueles que desejam aplicar o método conheçam a política do governo. Eles também devem ser capazes de selecionar as decisões que são mais importantes para a comunidade.

Codato (2015, 24-27) finaliza sua síntese citando a teoria de Floyd Hunter em *Community Power Structure* de 1953, sobre o método reputacional. Este procedimento relaciona as lideranças que ocupam as posições formais e, em seguida, os submetem a um novo filtro que indique quem são os mais influentes ou mais poderosos. Sua vantagem é identificar a liderança política com base no prestígio social reconhecido, além de utilizar duas formas complementares de abordagem.

A metodologia de seleção que abarca estes três métodos e os critérios adotados são executados por uma equipe técnica do Departamento, sob coordenação do jornalista, analista político e diretor de documentação licenciado do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz. Em sua publicação anual, ainda que não proporcionem mais detalhes, eles declaram que os critérios de análise são objetivos, minuciosos e impessoais, evitando vícios e qualquer tipo de discriminação entre os parlamentares pesquisados (DIAP 2020, 7).

A pesquisa inclui apenas os deputados federais e os senadores que estão em pleno exercício durante o período de avaliação, entre os meses de fevereiro a junho do ano vigente. Os demais que se ausentam do mandato por motivos diversos, a exemplo de quem se licencia para ocupar outros cargos, ainda que influentes, não são considerados na análise.

A equipe técnica responsável por classificar os parlamentares realiza entrevistas com deputados federais, senadores, assessores parlamentares, jornalistas, analistas e cientistas políticos. Segundo as informações que são disponibilizadas na série "Os Cabeças do Congresso Nacional", busca-se examinar de forma objetiva as atividades profissionais, os vínculos com empresas e com organizações econômicas ou de classe, assim como aspectos da formação e da vida acadêmica de cada parlamentar (DIAP 2020, 10).

No que se refere à atuação parlamentar, a equipe produz um levantamento dos pronunciamentos, a apresentação de proposições, resultado de votações e intervenções nos debates no Congresso. Além disso, também são examinadas a frequência com que eles são citados na imprensa, seus temas preferenciais, os cargos públicos exercidos dentro e fora do Congresso Nacional, relatorias de matérias relevantes, forças ou grupos políticos a que estão ligados e a análise dos perfis políticos e ideológicos de cada congressista (DIAP 2020, 10).

Além dos "Cabeças" do Congresso, o DIAP (2020) incluiu em sua classificação os deputados federais e senadores que eles consideram estar em ascensão. Esses congressistas são aqueles que embora ainda não componham a elite do Congresso na concepção do DIAP, possuem boas chances de fazer parte dela.

O DIAP (2020, 82) justifica a opção de fixar em 150 o número de parlamentares mais influentes do legislativo federal, pois, em alguns momentos, a equipe técnica "fica na contingência de escolher entre parlamentares em condições praticamente iguais". Neste caso, os parlamentares em ascensão são aqueles que ficaram fora da lista principal por pequenos detalhes. Apesar desta informação,

a publicação não fornece os tipos de detalhes que têm maior peso para a diferenciação.

O processo de análise dos perfis parlamentares que compõem as duas casas, além de identificar quem são os 150 mais influentes, resulta em um agrupamento de suas habilidades e características. A partir disso, eles distribuem categorias aos 100 primeiros colocados.

O DIAP condensou as habilidades necessárias para a identificação dessas lideranças em cinco categorias. São elas: (a) debatedor; (b) articulador/organizador; formulador; (c) formador de opinião; e (d) negociador. Apesar de cada uma possuir características próprias que as definem, a classificação com uma delas não impede que

o parlamentar também seja classificado em mais de uma categoria de análise.

As categorias podem ser distribuídas como destaque e secundária. Considera-se uma categoria de destaque aquela que representa a principal habilidade reconhecida nos "Cabeças". Enquanto a secundária, representa as demais aptidões que os operadores-chave do legislativo possuem e, combinadas ao primeiro tipo, colaboram com suas premiações. Elas são complementares, podem ser cumulativas e não estão presentes em todos os anos. O Quadro 1 apresenta as categorias atribuídas aos "Cabeças" do Congresso e suas respectivas definições:

Quadro 1 – Definições das categorias do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

Conceito	Categorias	Descrição
"Cabeças" do Congresso	Debatedor (a)	São parlamentares ativos com senso de oportunidade e capacidade de repercutir os fatos políticos no plenário, na imprensa ou nas redes sociais. Exercem influência nos debates e na definição das agendas prioritárias.
	Articulador(a) / Organizador(a)	Possuem excelente trânsito, colaboram para criar as condições para o consenso e muitos exercem um poder invisível entre seus colegas de bancada. Difundem as decisões ou intenções dos formadores de opinião.
	Formulador(a)	Elaboram textos com propostas para deliberação. São os mais produtivos, pois fornecem o debate, a dinâmica e a agenda do Congresso.
	Formador(a) de Opinião	Arbitram conflitos e conduzem negociações políticas relevantes. Normalmente são experientes e possuem trânsito fácil entre as diversas correntes representadas no Congresso. Sua opinião sobre algum assunto influencia a decisão dos demais.
	Negociador(a)	Em geral, são líderes ou vice-líderes partidários que possuem respaldo para tomar decisões. São experientes e respeitados por seus pares. Eles buscam conhecer previamente as aspirações e bases de barganha de seus interlocutores para estabelecer sua tática de convencimento.

Fonte: DIAP (2020).

Os debatedores são aqueles que ocupam os espaços e aproveitam-se de assuntos que possam ser notícia para explorá-los. São parlamentares que costumam ser acessíveis à imprensa. Eles têm capacidade de repercutir os fatos políticos dentro ou fora do Congresso. Além disso, são

pessoas que se fazem presentes nos debates, regem as sessões, conhecem o funcionamento das casas e são influentes na definição das agendas prioritárias.

Os articuladores, também chamados de organizadores, são aqueles que têm a habilidade

de transitar entre parlamentares de diversas correntes políticas e de construir apoio aos grupos políticos a que pertencem. Conforme o DIAP (2020, 12-13), eles são os encarregados de “difundir e sustentar as decisões ou intenções dos formadores de opinião”. Costumam circular com liberdade entre os bastidores do Congresso.

Os formuladores são os congressistas que se empenham na elaboração de propostas para deliberação. O intelecto e a especialização em áreas específicas são indispensáveis a eles, apesar de não se resumirem a isso. O foco de seus trabalhos está na produção legislativa. Portanto, de modo geral, a agenda e os interesses que circulam no Congresso originam-se neles (DIAP 2020, 12-13).

Em geral, os formadores de opinião são aqueles que, por serem respeitados e prudentes, conduzem conflitos e negociações políticas de grande relevância. Tal quais os articuladores, eles possuem excelente trânsito em correntes políticas diversas. Eles são discretos e preferem exercer sua influência em decisões de bastidores. São considerados líderes de alta patente, ainda que não exerçam liderança formal dentro do Congresso (DIAP 2020, 12-13).

A última categoria é a dos negociadores. São aqueles que recebem respaldo dos demais para intermediar, fazer acordos e tomar decisões. Dentre as características ou habilidades que não podem faltar a um bom negociador, estão “credibilidade, a urbanidade no trato, o controle e o equilíbrio emocional, a calibragem nos conteúdos, a habilidade no uso das palavras, a discrição e, sobretudo, a capacidade de transigir” (DIAP 2020, 12-13). Costumam ocupar cargos de liderança e vice-liderança, ser experientes e respeitados mantendo-se coerentes com suas convicções políticas.

A construção do banco de dados: reflexões e desafios metodológicos

O planejamento do banco que está em construção baseou-se na necessidade de coletar dados que, depois de operacionalizados, colaborem para revelar se a distinção do DIAP sobre os “Cabeças” do Congresso tem relação com

uma possível profissionalização política desses atores. A partir disso, tornou-se necessário: (a) estabelecer um modelo para mensurar a profissionalização política; e (b) identificar os dados relevantes para compreender a distribuição dos prêmios concedidos pelo DIAP. Esse último ponto, é o objeto central desta discussão.

A importância do planejamento prévio à elaboração de um banco de dados, dá-se pela necessidade de o pesquisador identificar o que é indispensável e, também, quais são os limites de sua pesquisa. Os recursos disponíveis para este projeto não incluem o acesso direto aos deputados federais brasileiros, portanto alguns indicadores precisaram ser adaptados.

De acordo com alguns atributos que caracterizam o grupo, o DIAP classifica os parlamentares em até cinco categorias: debatedores, articuladores/organizadores, formuladores, formadores de opinião e negociadores. Dentre outros dados, a partir da série “Os Cabeças do Congresso Nacional” é possível coletar informações acerca de suas trajetórias na vida pública, atuações político-parlamentares e especializações técnicas.

O banco de dados conta com informações acerca das premiações do DIAP. Estão sendo coletados: o número de prêmios recebido, os anos em que foram premiados, as categorias em que cada parlamentar se destaca, sexo, partido político e estado que representam. As informações necessárias para a composição são retiradas através do banco de dados do Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil, do portal da Câmara dos Deputados, e dos *sites* do Tribunal Superior Eleitoral e do DIAP.

O planejamento da base de dados é essencial para evitar surpresas no momento de colocar a pesquisa em prática. Não obstante, ao longo da coleta de dados, significativas dificuldades se apresentaram em relação à ausência de clareza metodológica empregada pelo DIAP para justificar os seus resultados quanto à seleção e classificação dos “Cabeças” do Congresso.

A primeira dificuldade concerne à carência de uma explicação clara de como a adoção de tais critérios (posicional, decisional e reputacional)

traduzem-se nas categorias acima elencadas. Por exemplo: o que o método posicional diz sobre um "Cabeça" ser um debatedor ou um articulador? Há alguma suposição de que um líder de partido ou um presidente de comissão da Câmara dos Deputados, para ocupar tais cargos, reúne necessariamente os atributos de um organizador, formador de opinião ou qualquer outra categoria? Como inferir, a partir do método decisional, que o parlamentar é um formulador ou um negociador? Questões como essas não são abordadas nos relatórios do DIAP e os procedimentos que foram utilizados para a categorização dessa elite não são revelados.

Poderia se objetar que os parlamentares são primeiramente classificados conforme as suas categorias de destaque e, apenas após este procedimento, seriam submetidos aos "filtros" dos critérios posicional, decisional e reputacional para a sua seleção como "Cabeça" do Congresso, não havendo, portanto, qualquer relação *a priori* entre tais atributos e o fato de ele ser um protagonista no legislativo federal. Contudo, não parece ser este o caso, uma vez que os relatórios são inequívocos em afirmar que as habilidades do parlamentar, para além de sua posição formal, consistem em um dos requisitos observados para sua escolha como "Cabeça" (DIAP, 2020, 11).

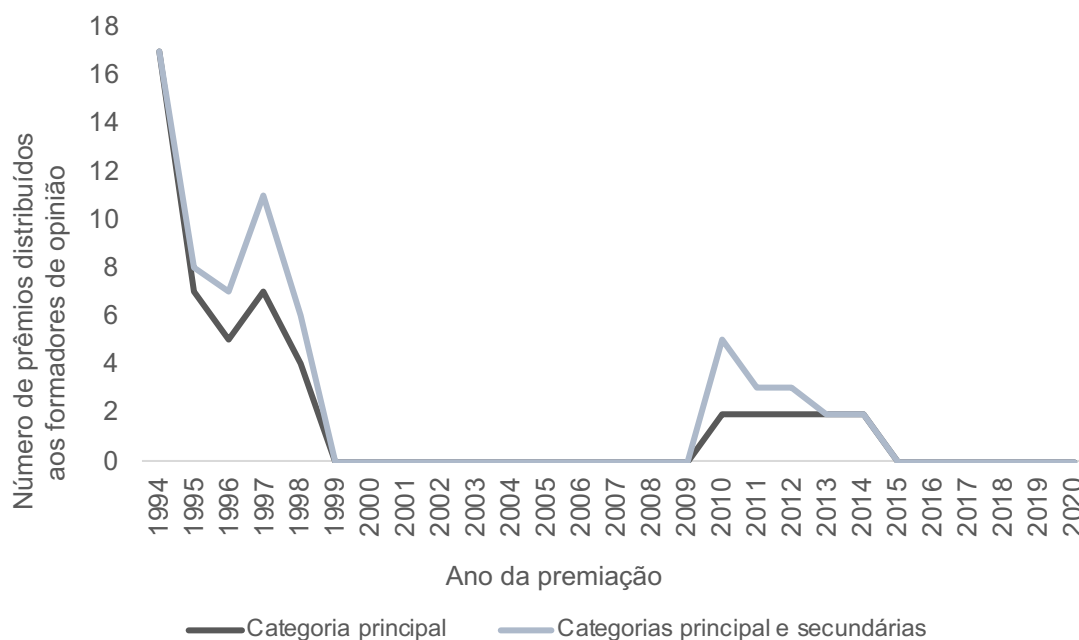
Assim, o método reputacional, a despeito de suas evidentes limitações, demonstra-se ser aquele com o maior potencial de explicar as categorizações expostas pelo DIAP, já que métodos de índole mais objetiva – como o posicional e mesmo o decisional – dificilmente seriam capa-

zes de captar atributos subjetivamente definidos. O que nos leva a outros dois pontos que não estão claros nos relatórios: (a) as definições das categorias, que acabam por confundir-se entre si, e (b) se a operacionalização dos métodos de seleção segue algum critério específico, hierarquizações etc.

Uma leitura atenta acerca das definições das categorias evidencia a ambiguidade delas, não sendo possível identificar delimitações claras entre as mesmas, de modo que as definições de cada uma poderiam ser empregadas para caracterizar outras. Apenas a título ilustrativo, pode-se destacar que a definição dos formadores de opinião é descrita como "aqueles parlamentares que, por sua respeitabilidade, credibilidade e prudência, são chamados a arbitrar conflitos ou conduzir negociações políticas de grande relevância" (DIAP 2020, 13). Ora, tal definição confunde-se com as definições atribuídas aos negociadores e articuladores, gerando problemas analíticos e operacionais.

Esta, inclusive, pode ser uma das possíveis explicações para o fato de que nenhum dos 100 deputados federais e senadores eleitos "Cabeças" do Congresso nos anos de 2019 e 2020 foram considerados formadores de opinião, enquanto as categorias articulador e negociador são as que possuem mais representantes.

O Gráfico 1 representa os deputados federais classificados como "Cabeças" do Congresso e pertencentes à categoria "formador de opinião", sendo ela principal ou secundária, desde a primeira edição da publicação.

Gráfico 1 – Frequência dos deputados federais formadores de opinião de acordo com o DIAP

Fonte: DIAP (2020).

A partir do Gráfico 1 podemos perceber que, apesar de ter sido consideravelmente atribuída nos primeiros anos da premiação, esta categoria é pouco representada nos relatórios anuais. Fato disto é que os deputados federais não foram selecionados por ela em 17 das 27 primeiras edições publicadas. Além disso, se considerarmos apenas as vezes em que esta foi considerada categoria principal para a seleção, o número de prêmios atribuídos é ainda menor.

Este desequilíbrio classificatório e confusão conceitual entre as categorias apresenta-se, aparentemente, como resultado de uma construção inadequada das tipologias adotadas pelo DIAP. Isto sugere que não foram verificados os procedimentos necessários para a análise de espaço de propriedade – conforme exposto no capítulo sobre a discussão de literatura – e a dubiedade dos tipos utilizados sugerem, no mínimo, um emprego da técnica de *redução* (ver Lazarsfeld 1937, 10) de modo incorreto. Ademais, a descrição dos tipos não segue os critérios de serem exaustivos e mutuamente excludentes.

No que diz respeito ao segundo ponto, tampouco está explícito como foram operacionalizados os métodos posicional, decisional e reputacional, se há uma hierarquia entre eles, se são

complementares ou alternativos entre si. Para ser selecionado como “Cabeça do Congresso” basta ocupar uma posição formal de liderança ou este é apenas um pré-requisito mínimo utilizado como ponto de partida para descartar os que não ocupam? Um deputado pode ser considerado membro da elite parlamentar somente pelo método reputacional, apesar de não ter cumprido os critérios posicional e decisional?

Os relatórios sugerem que a seleção é feita pelos métodos considerados individualmente, uma vez que é recorrente, por exemplo, a conclusão sobre a relevância do cargo ou posto institucional para a projeção do parlamentar.

No entanto, isto não torna a operacionalização menos problemática. Como é possível depreender do Relatório de 2020, dos “Cabeças” escolhidos pelo método posicional daquele ano, oito foram selecionados por suas posições como ex-presidente da Mesa Diretora da Câmara, do Senado ou de comissão permanente, ex-líder ou ex-vice-líder. Ora, “ex-presidente” ou “ex-líder” não é uma posição formal atual, sobretudo para um relatório publicado anualmente. Como já salientado no tópico sobre a discussão de literatura, se o critério adotado para esses casos tinha a pretensão de seguir exclusivamente os

termos teorizados por *Wright Mills* (1956), o DIAP pode ter cometido um erro de operacionalização metodológica ao selecionar estes parlamentares como "Cabeças" do Congresso.

Mesmo essa crítica, fica prejudicada ante a pouca informação fornecida pelos relatórios a respeito dos fundamentos metodológicos que embasaram a pesquisa, dos parâmetros que instruíram os conceitos metodológicos e quais as variáveis foram mobilizadas por cada um destes métodos.

O emprego do critério reputacional pode ser tomado como modelo: seguir a estratégia de pesquisa preconizada por *Hunter* (1953) implica eleger adequadamente os especialistas que irão reduzir o universo de indivíduos a ser considerado para, assim, valer-se das entrevistas sistemáticas aplicadas e da observação direta dentro deste conjunto bem delimitado. O DIAP, entretanto, restringe-se a declarar que sua equipe "fez entrevistas com deputados e senadores, assessores das duas Casas do Congresso Nacional, jornalistas, cientistas e analistas políticos" (DIAP 2020, 10). Não fornece dados adicionais a respeito da identidade ou do que orientou a seleção dos entrevistados; como a entrevista foi estruturada; se é duplo cega e, em caso positivo, se há mensuração na taxa de confiabilidade e concordância; se é a mesma todos os anos; se quem aplica as entrevistas são as mesmas pessoas que analisam as respostas e se há comunicação entre a equipe; ou se todas essas informações ficam disponíveis em algum lugar para consulta.

Tampouco o procedimento aplicado relativo ao método decisional foi explanado, sendo este definido no relatório como "a capacidade de liderar e influenciar escolhas". Nenhuma palavra a respeito da operacionalização das condições para o teste de hipótese elaborado por *Dahl* (1961) quanto às decisões políticas chave tomadas como referência e prova dos conflitos que revelariam a preferência e sucesso da elite dirigente em análise. O único caso concreto mencionado pelo DIAP foi a não regulamentação do sistema financeiro para demonstrar um exemplo da "abordagem da não-decisão". *Codato* (2015, 19) ressalta, todavia,

que este é justamente um dos pontos cegos do critério decisional desenvolvido por *Dahl*, ou seja, a inaptidão de captar decisões frustradas (não decisões).

Ademais, também não são explicitadas quais foram exatamente as variáveis consideradas para caracterizar a atuação parlamentar reputada como "protagonista do processo legislativo", o que certamente obstaculiza uma apreciação mais acurada da relação dos "Cabeças" escolhidos pelo DIAP com a profissionalização destes atores políticos.

Perante todo este quadro de dificuldades, ainda foram constatadas algumas inconsistências nos resultados apresentados pelo DIAP que não podem ser ignoradas. Dentre as mais visíveis constam a discrepância de classificação de alguns parlamentares relativa à sua categoria de destaque no "Mapa dos 'Cabeças' por Estado" em comparação com o tópico do relatório que enuncia o "Perfil Individual" de cada um. Por exemplo: no relatório de 2020, o deputado *Gustavo Fruet* é categorizado como formulador no Mapa, mas como debatedor em seu perfil individual. Referindo-se apenas ao relatório do ano de 2010, dos 100 "Cabeças" eleitos, foi possível verificar tais inconsistências em 11 deles, o que representa uma taxa nada desprezível. Nos anos subsequentes (2011-2020), mais 16 parlamentares apresentaram esse tipo de incongruência.

Outros resultados observados referem-se à circunstância de que alguns relatórios anuais contêm a informação das categorias secundárias dos parlamentares, ao passo que noutros anos (2016, 2019 e 2020) este dado é suprimido. Isto pode parecer pouco relevante, porém implica em dificuldades para a realização de análises temporais. O relatório não possui explicações a respeito dos motivos ou acontecimentos que impediram que os parlamentares se destaquem em mais de uma categoria em determinados anos.

Por fim, no relatório de 2020 é advertido que a pandemia de COVID-19 impactou a escolha dos parlamentares mais influentes, principalmente, em razão do sistema remoto de deliberação e a não instalação das comissões permanentes

da Câmara dos Deputados (DIAP 2020, 9), prejudicando, em síntese, a análise de bastidores. Não é dito, porém, em que medida e como foi este impacto para a metodologia implementada, assim como se e quais soluções buscaram para tais limitações que devem se manter para o ano de 2021.

Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi demonstrar, através do estudo de uma esfera política específica, os desafios na coleta de informações para elaboração de um banco de dados consistente e que possibilitasse a realização de análises futuras sobre a elite parlamentar. Esclarecemos o conceito de político de carreira que adotamos na análise, sendo uma adaptação do modelo proposto por Allen et al. (2020). Estes passos de conceituação são fundamentais para facilitar a coleta e a seleção dos indicadores necessários à elaboração do banco de dados.

A definição de estratégias de investigação científica para "seleção, validação, processamento e análise de dados" configura uma etapa essencial no estudo de grupos dominantes, e não há uma abordagem única que deva ser necessariamente empregada, podendo inclusive ser usada de forma complementar (Codato 2015, 9).

A abrangência na definição dos conceitos, a ausência de informações quanto aos critérios utilizados para a coleta e a classificação, são alguns dos pontos que chamaram atenção e foram identificados *a priori*. Ao aprofundarmos a análise, comparando com a metodologia exposta na bibliografia, as dúvidas ficaram mais evidentes. As hierarquias e os pesos utilizados para cada critério, assim como a forma como cada método está relacionado com a classificação definida não estão claros. Além disto, entre 2010 e 2020 foram encontradas 27 inconsistências nas publicações ao comparar os perfis descritos dos parlamentares individualmente e o mapa de classificação geral por estado dentro de uma mesma publicação.

Ao se deparar com esses desafios metodológicos na formulação de um banco de dados, o

pesquisador possui algumas alternativas. Uma opção é procurar diretamente a instituição responsável para compreender melhor os critérios e processos utilizados. No entanto, não há garantias de ser atendido, nem de que as dúvidas serão supridas. Outra opção é coletar através de uma fonte primária de dados, o que pode gerar custos financeiros e de tempo superiores aos considerados inicialmente no projeto de pesquisa. Dependendo do caso, também é possível trabalhar com dados disponíveis que possam ser, de alguma forma, validados através de uma comparação com outras fontes, em uma espécie de *double check* e sobreposição de bancos. Por fim, sugerimos uma última alternativa que é adaptar sua metodologia para utilizar apenas dados acessíveis e confiáveis. Por outro lado, isso pode prejudicar a abrangência da pesquisa em algum ponto. É relevante destacar que não se trata de regras gerais e que cada projeto precisa ser analisado de acordo com suas particularidades.

Este trabalho joga luz na necessidade da verificação de confiabilidade dos dados coletados, além da expertise imprescindível adquirida através da familiaridade com a teoria. Muitos equívocos podem ser evitados tendo uma base teórica consistente, que norteie o processo da análise empírica. De qualquer forma, é fundamental que o cientista político tenha o rigor científico que o tema exige.

Referências

- Allen, Peter, and Philip Cowley. 2018. "The rise of the professional politician?." In *Exploring Parliament*, edited by C. Leston-Bandeira and L. Thompson, 221–230. Oxford: Oxford University Press.
- Allen, Nicholas, Gabriele Magni, Donald Searing, and Philip Warncke. 2020. What is a career politician? Theories, concepts and measures. *European Political Science Review* 12, 199-217. <https://doi.org/10.1017/s1755773920000077>
- Becker, Howard S. 2008. Tabelas de Verdade, combinações e tipos. In *Segredos e Truques da Pesquisa*, 177-226. Rio de Janeiro: Zahar.
- Borchert, Jens. 2003. "Professional politicians: towards a comparative perspective". In *The Political Class in Advanced Democracies: A Comparative Perspective*, edited by J. Borchert and J. Zeiss, 1–25. Oxford: Oxford University Press.

Codato, Adriano. 2015. Metodologias para identificação das elites: três exemplos clássicos. In *Como estudar elites*, edited by R. Perissinotto and A. Codato, 15-32. Curitiba: Editora UFPR.

Collier, David, Jody LaPorte, and Jason Seawright. 2012. Putting typologies to work: concept formation, measurement and analytic rigor. *Political Research Quarterly* 65 (1): 217-232. http://polisci.berkeley.edu/sites/default/files/people/u3827/PuttingTypologiesAppendixandArticle_0.pdf

Costa, Luiz Domingos, Lucas Massimo, Paula Buttore, and Ana Lopes. 2015. O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. In *Como estudar elites*, edited by R. Perissinotto and A. Codato, 63-92. Curitiba: UFPR.

Cotta, Maurizio, and Heinrich Best. 2000. Between professionalization and democratization: A synoptic view on the making of the European representative. In *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, edited by H. Best & M. Cotta, 493-526. Oxford: Oxford University Press.

Dahl, Robert. 1961. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. New Haven, Conn.: Yale University Press.

DIAP. 2020. Os "Cabeças" do Congresso Nacional: uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes. 27. ed. Brasília: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP.

Hunter, Floyd. 1953. *Community Power Structure: A Study of Decision Makers*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Lazarsfeld, Paul F. 1937. Some Remarks on Typological Procedures in Social Research. *Zeitschrift für Sozialforschung* 6: 119-139.

Messenberg, Débora. 2007. A elite parlamentar brasileira (1989-2004). *Sociedade e Estado* 22 (2): 309-370.

Mills, Wright. 1956. *The Power Elite*. New York: Oxford University Press.

Gabryela Gabriel

Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, PR, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Paula Portela

Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, PR, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Pedro Henrique Beff

Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, PR, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nilton Sainz

Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, PR, Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.